

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT11 Ensino de Sociologia

Título do Trabalho A formação de professores de Sociologia e os Cursos de Especialização no Brasil

Nome completo e instituição do(s) autor(es)

Daniel Gustavo Mocelin<sup>1</sup>

Leandro Raizer<sup>2</sup>

Luiza Helena Pereira<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Líder do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (Laviacs/UFRGS/CNPq).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Líder do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (Laviacs/UFRGS/CNPq).

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pesquisadora fundadora do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (Laviacs/UFRGS/CNPq).

## **A formação de professores de Sociologia e os Cursos de Especialização no Brasil**

### Resumo

Este estudo apresenta um panorama sobre os Cursos de Pós-graduação Lato sensu – na área de Ensino de Sociologia no Brasil. A qualidade do ensino de Ciências Sociais na escola depende não só da formação inicial, mas também da formação continuada dos professores de Sociologia, e é das especializações que em parte se espera um salto no seu desenvolvimento profissional, dado que é esse o nível de pós-graduação que permite maior acesso aos docentes da educação básica. A partir de um mapeamento da oferta recente de tais cursos e da constatação da ampliação de vagas em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior, buscou-se identificar as razões conjunturais da criação desses cursos e as formas de oferecimento, tendo em vista construir uma visão mais abrangente sobre o acesso à formação continuada e à qualificação na área. Os resultados tratam do perfil do professor de Sociologia do ensino médio na realidade brasileira (adequação entre formação e disciplina lecionada), da análise qualitativa dos planos de curso e matriz curricular das especializações, com ênfase na observação de pressupostos epistemológicos e didáticos previstos na legislação; da especificidade da Sociologia; e da relação teoria-prática, tendo em vista compreender o que propõem e como formam os Cursos de Pós-graduação Lato sensu oferecidos por Instituições públicas e privadas de Ensino Superior.

Este trabalho apresenta um panorama geral sobre a expansão no Brasil de Cursos de Pós-graduação *Lato sensu* – as chamadas especializações – na área de Ensino de Sociologia. A partir de um mapeamento da oferta recente de tais cursos e da constatação da ampliação de vagas em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior, buscou-se identificar as razões conjunturais da criação desses cursos e as formas de oferecimento, tendo em vista construir uma visão mais abrangente sobre o acesso à formação continuada e à qualificação na área. A qualidade do ensino de Ciências Sociais na escola depende não só da formação inicial, mas também da formação continuada dos professores de Sociologia, e é das especializações que em parte se espera um salto no seu desenvolvimento profissional, dado que é esse o nível de pós-graduação que permite maior acesso aos docentes da educação básica.

Não é de hoje que se busca identificar os problemas que envolvem a realidade do ensino da Sociologia na escola, disciplina ainda majoritariamente ministrada por professores com restrita formação na área, uma condição de certa maneira incômoda e que preocupa. No âmbito da Graduação, mesmo a recente criação de novas Licenciaturas em Ciências Sociais e o resultante aumento do número de Licenciados não têm sido suficientes para atender a demanda atual por professores de Sociologia, situação que tem aberto ampla margem para a criação de cursos de formação continuada nessa área. Como veremos, o

público alvo privilegiado das especializações são os professores que ministram a disciplina, independentemente da sua área de formação inicial. Se essa tendência não caracteriza uma solução desejada, a formação de especialistas tem sido a alternativa adotada. É nesse sentido que cabe analisar de que forma vêm sendo estruturados esses cursos, procurando avaliar se poderão prontamente oferecer adequada formação aos professores e responder aos desafios colocados por uma presença mais qualificada da Sociologia no currículo do ensino médio.

De uma promessa, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Brasil, 1996), a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória nas escolas apenas em 2008 (Brasil, 2008), e sua implantação foi o resultado de uma longa mobilização de sociólogos, em todo o país. Em 1996, a Sociologia era mencionada, na LDBEN, como um conjunto de conhecimentos a que todos os alunos do ensino médio deveriam ter acesso para concluir esta etapa de ensino. Considerada como “conhecimentos transversais” aos demais componentes curriculares, a Sociologia era concebida, principalmente nas Diretrizes Curriculares (Brasil, 1998), como possível de ser lecionada a partir de outras disciplinas. Porém, esse não era o entendimento de muitos sociólogos e de suas associações profissionais.

No âmbito escolar, a Sociologia não pode ser simplesmente considerada como um conhecimento que permeia outros, posto que é uma Ciência que foi sendo construída desde o surgimento da modernidade, e que atualmente encontra-se mundialmente legitimada como um campo de pesquisa. A Sociologia funda-se na investigação científica dos fenômenos sociais, assumindo o desafio de explicar a origem e a função das instituições sociais e compreender as consequências da ação humana socialmente orientada. Para tanto, os cientistas sociais se empenham em: definir princípios epistêmicos que permitam identificar objetos de estudo; delimitar argumentos teóricos para fundamentar explicações; e, estabelecer práticas metodológicas para comprovar seus achados de pesquisa. No seu ofício, eles reúnem e combinam dados e informações sobre as sociedades de seu tempo, sempre buscando compreender processos de mudança social e a relação entre fenômenos sociais.

Trazer a tona esses eventos significa reforçar o caráter científico e de interesse público e social da disciplina. Como típica esfera reflexiva da modernidade, a Sociologia se empenha amplamente na sistematização de informações sobre as realidades econômicas, políticas e culturais, em diferentes sociedades humanas. Contudo, o conhecimento sociológico constitui-se como programa passível de aplicação escolar na medida em que seus instrumentos conceituais são convertidos apropriadamente em saberes escolares,

especialmente quando se considera que a educação formal deva se pautar na cidadania plena, no respeito às diferenças, na autonomia intelectual, no pluralismo de ideias, na liberdade e na democracia.

Assim sendo, o retorno da Sociologia ao ensino médio teria vindo para qualificar a educação básica no Brasil (Raizer e Mocelin, 2015). Conforme atestado pelo Parecer 38/2006 (Brasil, 2006a) da Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação (SEB/MEC), o ensino da Sociologia na educação básica propiciaria um reforço em termos de educação plural, científica e humanista, ao trabalhar com temas sensíveis, necessários à formação cidadã e que afetam diretamente a vida das pessoas, tais como: democracia, direitos humanos, sistema político, cultura, identidade, trabalho, desigualdade, meio ambiente, globalização, mobilidade social, discriminação, preconceito, diversidade étnica e cultural, sexualidade, entre outros. Por mobilizar tais temáticas no território escolar, a Sociologia promete alargar o olhar do sujeito, colocando ao alcance do estudante secundarista ferramentas interpretativas que lhe permitam compreender a complexidade daqueles fenômenos, seus significados históricos e a sua constituição enquanto resultados da interação humana, mostrando que não são processos naturais, como muitas vezes pode parecer à visão do leigo.

A Sociologia enquanto campo de conhecimento e como componente do currículo escolar engloba conhecimentos de três áreas que se conjugam na interpretação da realidade social: a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia propriamente dita. Sua finalidade na escola é mobilizar um conjunto de *conhecimentos* (sobre a sociedade, a cultura, a política, a economia) e desenvolver *competências* (capacidade de análise crítica e reflexiva sobre os fenômenos, diferenças e desigualdades sociais) e *habilidades* (inquietação sobre as questões de ordem social, busca pela argumentação fundamentada, autonomia de pensamento, respeito e responsabilidade social) específicas da área.

Desta forma, a qualidade do ensino de Ciências Sociais na escola envolve o pleno entendimento por parte dos professores de Sociologia sobre a natureza e as especificidades da disciplina em relação aos demais componentes curriculares (Mocelin e Raizer, 2014; Raizer e Mocelin, 2015). Como foi sugerido pelas Orientações Curriculares Nacionais para a Área de Sociologia (Brasil, 2006b; Moraes e Guimarães, 2010), a presença da prática socioantropológica na educação básica busca apresentar aos educandos alguns princípios com que trabalham os cientistas sociais. Dotado de saberes da Sociologia, o estudante torna-se capaz de olhar para a realidade de forma curiosa e distanciada, ele a problematiza, faz perguntas sobre ela, reúne dados concretos, para enfim encontrar explicações plausíveis

sobre o que acontece no mundo e na sua própria vida, podendo assim melhor fazer suas escolhas.

Conforme explicaram Moraes e Guimarães (2010), as OCNEM-Sociologia anunciaram princípios epistemológicos, metodológicos, e um transversal. Os princípios epistemológicos indicam os atos de estranhar e de desnaturalizar como disposições necessárias. Os metodológicos envolvem a apropriação de temas, conceitos e teorias, que fazem referência entre si. O princípio transversal remete à prática da pesquisa, um despertar para a descoberta, superando o que é imediatamente comunicado, visível e aceito.

É interessante entender, portanto, que a Sociologia escolar não pode se caracterizar por ser conteudista e enciclopédica, e tão pouco dogmática; ela não forma sociólogos nem ativistas sociais; não se reduz ao ensino de teorias, métodos e autores, nem busca doutrinar. Na escola, a Sociologia se apresenta prática e objetiva, anunciando um modo mais sofisticado de refletir sobre as coisas sociais e de relacioná-las com a própria trajetória individual. Instiga a curiosidade e a inquietação com as coisas do cotidiano. Estimula a busca de informações. Incentiva o entendimento das questões de ordem coletiva e individual. Trata-se do exercício de estimular a *imaginação sociológica* (Mills, 1965) e de promover *hábitos intelectuais* próprios das Ciências Sociais – a etnografia, as entrevistas, a estatística, a história de vida; que podem oferecer novas leituras do mundo, distintas dos discursos parciais, políticos, religiosos, ideológicos, publicitários, favorecendo, assim, a formação de cidadãos ativos, conscientes da sua participação na dinâmica da vida social (Lahire, 2013). Essa atitude sobrepõe o pensamento comum, as opiniões espontâneas e as verdades absolutas. Em suma, *promove* cidadania, porque ajuda a romper com preconceitos e a superar injustiças.

Qual profissional estará capacitado a promover essa imaginação sociológica nas escolas? Tal atitude só pode ser ensinada por quem detém formação específica, condição indispensável, mas que muito pouco se verifica na realidade educacional brasileira, fato sobre o qual argumentaremos mais adiante, em diagnóstico sobre quem vem de fato lecionando a Sociologia na escola. As questões então que se colocam acerca das especializações remetem à profissionalização do professor da disciplina de Sociologia, observando de que forma as práticas didáticas antes mencionadas podem estar sendo aprofundadas com a expansão desses cursos e em que medida as suas matrizes curriculares potencialmente atentam para o desenvolvimento das competências e habilidades típicas da sociologia escolar.

O capítulo está dividido em três partes principais. A primeira trata do perfil do professor do ensino médio na realidade brasileira, com ênfase no caso da Sociologia, tendo

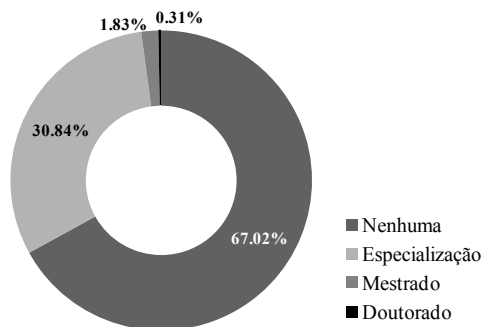
como pano de fundo os princípios e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), quanto à formação continuada no nível de Pós-Graduação. Buscou-se verificar a adequação entre formação e docência em Sociologia, assim como demonstrar a relevância da formação continuada nesse nível. Na segunda parte do texto, são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre a oferta nacional de cursos de especialização dedicados à formação de docentes de Sociologia, considerando a dependência administrativa e a organização acadêmica das instituições ofertantes, número de vagas, carga horária e distribuição estadual. Na parte final do capítulo, apresenta-se uma análise qualitativa dos planos de curso e matriz curricular das especializações, com ênfase na observação de pressupostos epistemológicos e didáticos previstos na legislação; da especificidade da Sociologia; e da relação teoria-prática, tendo em vista compreender o que propõem e como formam os Cursos de Pós-graduação *Lato senso* oferecidos por Instituições públicas e privadas de Ensino Superior.

### *O Plano Nacional de Educação e a Formação Continuada de professores na Pós-Graduação: o caso da Sociologia*

O Plano Nacional de Educação (PNE), constituído por um conjunto de pressupostos e metas para a qualificação da educação brasileira, estabelece em sua meta de número 16 a necessidade de formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o seu último ano de vigência, visando garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Os dados do Observatório do PNE (2016) permitem observar a porcentagem de municípios que adotaram alguma medida de formação continuada para os professores em suas áreas de atuação no Brasil, regiões e unidades da federação: em 2014, 87,4% dos municípios haviam adotado alguma medida nessa linha. A região com melhor número é a Sul (93,6%), enquanto a região Norte apresenta a menor porcentagem (85,8%). Segundo dados do Censo Escolar (2015), do total de 2.214.325 docentes da educação básica no país, apenas 33% possuem Pós-Graduação. Como pode ser observado na Figura 1, não possuem nenhum tipo de formação continuada no âmbito da Pós-Graduação 67% dos professores, sendo que 31% possui especialização, 2% mestrado, e 0,3% doutorado.

**Figura 1.** Percentual de professores da educação básica com Pós-Graduação, Brasil, 2015.

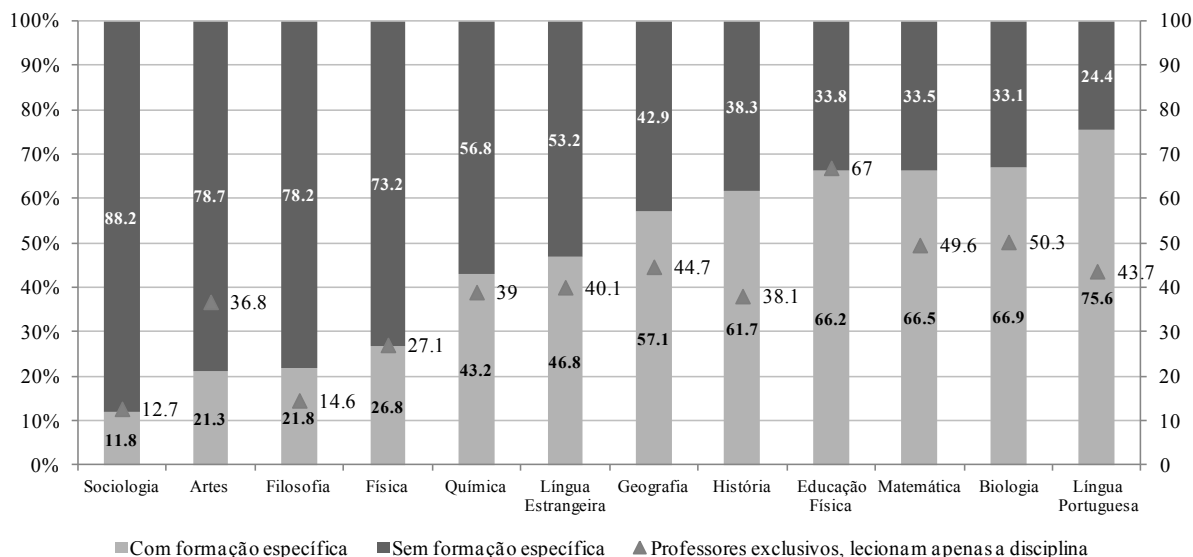


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Plataforma Cultiva Educa (FORPROF/UFRGS).

Estes dados evidenciam que as especializações são a opção oferecida para os professores e por eles escolhida. Para além do baixo percentual de professores com Pós-Graduação, cabe destacar o número relevante de docentes que leciona disciplinas para as quais não possui nem formação inicial, nem continuada. Segundo diagnóstico do próprio MEC (2016), o Brasil contabiliza 709,5 mil professores que lecionam uma ou mais disciplinas nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio da rede pública. Desse total, 374,8 mil docentes ainda precisam realizar algum curso de complementação para as disciplinas que ministram. A correspondência entre a disciplina ministrada pelos professores no ensino médio e a sua formação específica na área ainda é uma dos grandes problemas a serem enfrentados pelas políticas de qualificação do ensino médio, sendo que a realidade mais dramática é a da disciplina de Sociologia, conforme demonstra a Figura 2.

Entre os doze componentes curriculares do ensino médio, a Sociologia é a que apresenta a maior incidência de professores não graduados na área; em 2013, 88,2% dos professores não têm formação específica na área; apenas 11,8% possuem a formação esperada, tendo concluído um curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Sociologia ou Antropologia. Esta é uma persistente condição histórica e que se reflete diretamente na demanda por profissionais graduados na área, reforçando a ampliação de iniciativas e políticas de formação continuada reelecionadas à prática pedagógica em Ciências Sociais.

**Figura 2.** Adequação entre área de formação e disciplina ministrada no ensino médio, segundo os doze componentes curriculares, Brasil, 2013.



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do censo escolar (INEP, 2015).

Para além da constatação da demanda por professores, ocorre que “o professor típico de Sociologia do ensino médio regular leciona outra(s) disciplina(s) e não é exclusivo dessa etapa de ensino” (INEP, 2015, p. 94). Dos 47.961 professores da disciplina de Sociologia no país, apenas 12,7% dedicam-se exclusivamente ao seu ensino, enquanto a grande maioria (88%) também leciona outras disciplinas. Do total dos professores de Sociologia, 61,9% atuam também em outros níveis de ensino e apenas 9,7% dedicam-se exclusivamente ao ensino da Sociologia no ensino médio. Entre os docentes que lecionam outras disciplinas, ganham destaque os que lecionam Filosofia entre os que atuam apenas no ensino médio; já entre os que atuam também em outros níveis de ensino, destacam-se os professores da disciplina de História, a mais lecionada concomitantemente com a Sociologia.

No que se refere à formação inicial dos professores que lecionam a Sociologia no ensino médio, destacam-se os docentes com diversas formações<sup>4</sup> (44% do total), seguido por licenciados em História (20%), Pedagogia (12%), e Filosofia (10%). Os professores com formação específica representam 11,8%, sendo que 10,9% são Licenciados em Ciências Sociais, 0,9% são Bacharéis com complementação pedagógica; 0,7% e 0,2%, respectivamente, ainda estão cursando a Licenciatura ou o Bacharelado em Ciências Sociais, ao mesmo tempo em que já lecionam a disciplina (INEP, 2015, p. 94-95).

Considerando no caso da Sociologia esse contexto de grande inadequação entre a formação inicial dos docentes e a disciplina lecionada, assim como o grande número de docentes de outras disciplinas que lecionam a disciplina, fica clara a importância que a formação continuada no nível de Pós-Graduação *Lato sensu* pode desempenhar na

<sup>4</sup> Geografia, Psicologia, Ciências Biológicas, Letras, Direito, Estudos Sociais.



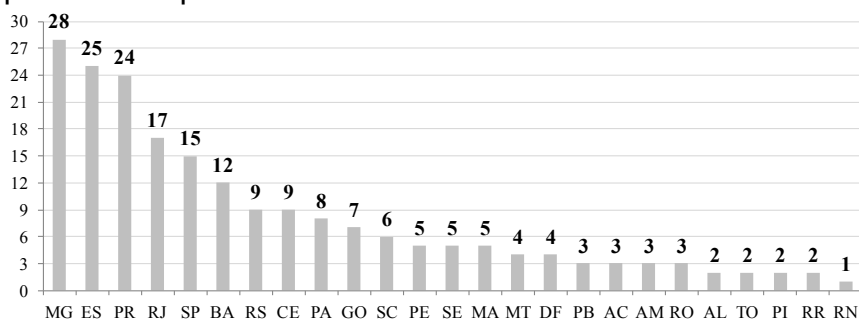
qualificação desses profissionais, e conseqüentemente na qualidade da presença da disciplina de Sociologia nos currículos escolares. A parte seguinte do capítulo apresenta um mapeamento da oferta de cursos de especialização no país, voltados para o ensino da Sociologia na educação básica.

### *Os Cursos de Formação de Professores de Sociologia na Pós-Graduação Lato sensu no país*

Em pesquisa realizada no sistema de Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior do Ministério da Educação (E-MEC), entre os registros de 840 especializações existentes na área de Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Política, foram identificados 85 cursos com foco na formação de professores, teoria e metodologia de ensino para a educação básica. Considerando-se a distribuição geográfica dos Cursos, o Estado que possui maior oferta de Cursos é Minas Gerais (28), seguido por Espírito Santo (25), Paraná (24), Rio de Janeiro (17), São Paulo (15), Bahia (12), Rio Grande do Sul (9) e Ceará (9).

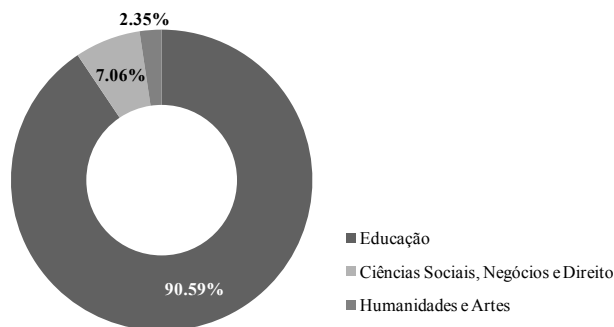
Do total de Cursos com ênfase na formação de professores de Sociologia, a área de Educação concentra a maior oferta (91%), seguida de Ciências Sociais, Negócios e Direito (7%), e Humanidades e Artes (2%). Chama atenção que as especializações estão mais ligadas às faculdades de Educação, e não propriamente às de Ciências Sociais.

**Figura 3.** Número de Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores por Estado do País.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

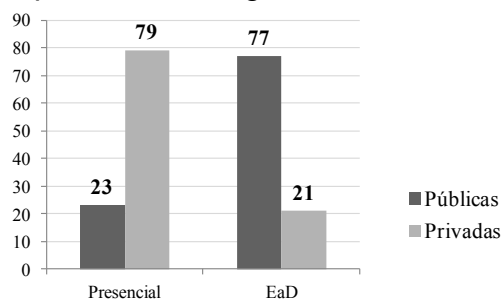
**Figura 4.** Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores segundo a grande área de conhecimento.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

Em relação à modalidade de oferta dos cursos, ganha destaque a Educação presencial, com 68% do total. Considerando-se a dependência administrativa, as instituições privadas são responsáveis pela oferta de 58% dos Cursos na modalidade de ensino a distância; e por 93% do total na modalidade presencial.

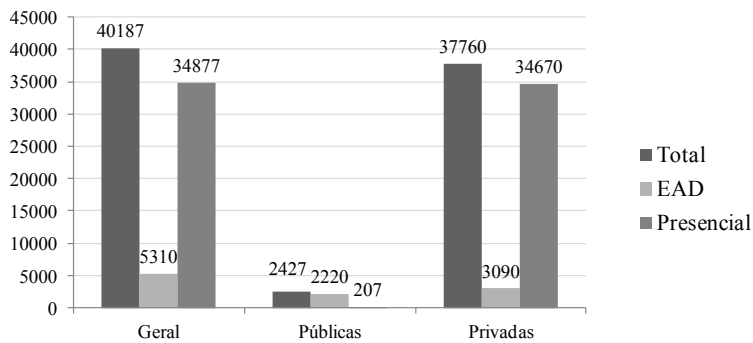
**Figura 5.** Percentual de Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores segundo a modalidade de oferta e a dependência administrativa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

As instituições públicas ofertam 77% dessas especializações na modalidade EaD, contra apenas 21% nas instituições privadas. Cabe mencionar que grande parte dos cursos ofertados nas públicas estão vinculados ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que fomenta cursos na modalidade EaD. Retomaremos esse tema na terceira parte do capítulo.

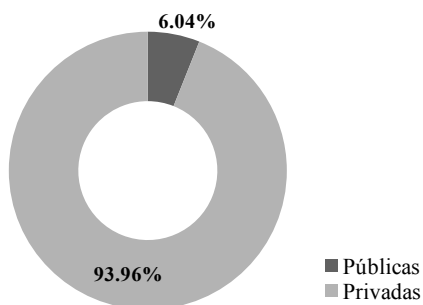
**Figura 6.** Distribuição do número de vagas nos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia segundo a modalidade de oferta e a dependência administrativa, Brasil, 2015.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

Os cursos de Especialização estão autorizados a oferecer 40.187 vagas no país, sendo 94% ofertadas por instituições privadas, contra apenas 6% pelas públicas. Esse número daria conta do déficit de professores na área, com base em projeções oficiais (INEP, 2014; INEP/DEED, 2015). Cabe destacar, entretanto, que não necessariamente as instituições atinjam esse número de vagas, quando se consideram as matrículas. Não estão disponíveis dados precisos sobre a ocupação das vagas, nem sobre o número de concluintes, mas estima-se que a taxa de conclusão seja de 50% por curso; é latente o problema da evasão.

**Figura 7.** Vagas ofertadas nos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores segundo a dependência administrativa das IEs ofertantes.

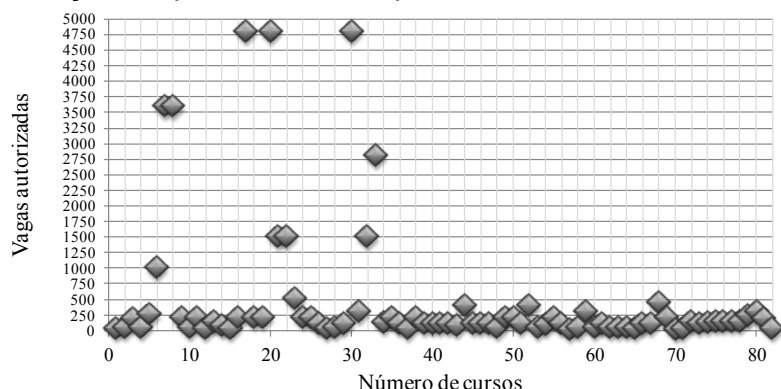


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

Ainda em relação ao número de vagas, a média ofertada é de 485 por Curso. No entanto, como pode ser observado na Figura 8, a maior parte dos Cursos (70%) oferta até 100 vagas. Os Cursos com maior número de vagas estão localizados no Estado do Espírito Santo: Metodologia do Ensino da Filosofia e da Sociologia, ofertado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Afonso Claudio (ISEAC); e Metodologia do Ensino da Filosofia e da Sociologia, ofertado pela Faculdade de Educação (ISECUB), ambos com 4800 vagas;

seguidos pelos Cursos de Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e o de Ensino de Sociologia, ambos com 3600 vagas, sendo ofertados pela Escola de Ensino Superior Fabra.

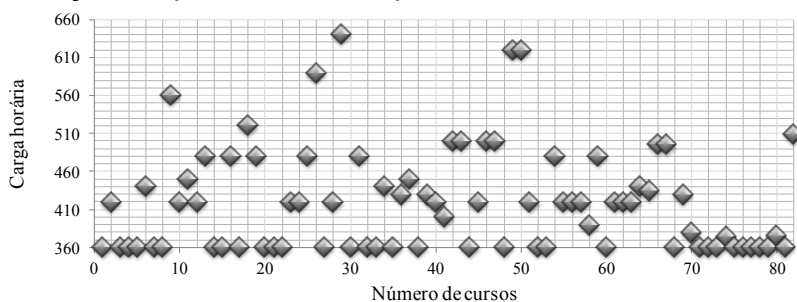
**Figura 8.** Número de vagas dos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores no país.



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

A Carga horária média dos Cursos ofertados é de 420 horas, sendo que 60% apresentam o mínimo de 360 horas previsto em legislação para os Cursos de Pós-graduação *Lato sensu*, e a maior carga horária chegou a 640 horas, como observado em cursos de instituições privadas e que englobam disciplinas combinadas, com destaque para cursos bidisciplinares de Sociologia e Filosofia.

**Figura 9.** Carga horária dos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores no país.

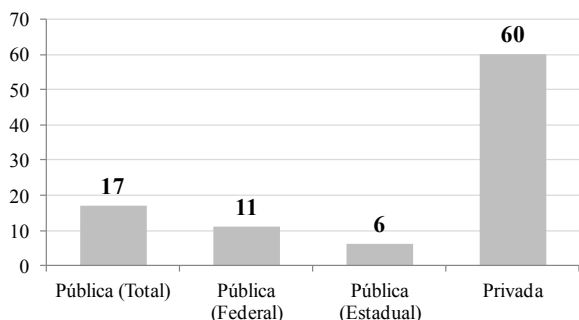


**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016. N=85.

Os Cursos são ofertados por um total de 77 instituições de ensino superior, sendo que desse total, 60 são privadas (78%) e 17 públicas (22%). A maioria das 77 instituições oferta apenas um Curso de Especialização, sendo que a Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), com sede no Estado do Espírito Santo, é a instituição que oferta o maior número, num total de três (Metodologia de Ensino de Sociologia e Artes, Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Sociologia e Ensino de Sociologia). Apenas oito

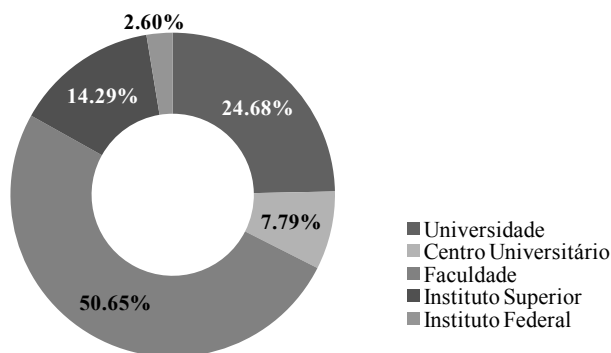
instituições, todas privadas, ofertam mais do que um Curso. Entre as públicas, a Universidade Federal Fluminense (UFF), é a única a ofertar dois Cursos.

**Figura 10.** Número de IEs ofertantes dos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores segundo a dependência administrativa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

**Figura 11.** Percentual de IEs ofertantes dos Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia para formação de professores segundo a organização acadêmica



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do E-MEC, 2016.

Em relação à organização acadêmica, ganha destaque a atuação das Faculdades, ofertando 39 cursos de especialização, respondendo por 51% do total, seguida pelas Universidades, que ofertam 19 cursos, os Institutos Superiores, que ofertam 11 cursos, os Centros Universitários, que ofertam seis cursos, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ofertam apenas dois cursos. Entre as Universidades, ganha destaque a atuação de nove Universidades Federais<sup>5</sup>, sendo três delas com sede no Estado

<sup>5</sup> Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal Fluminense (UFF).

do Rio Grande do Sul; e de cinco Universidades Estaduais<sup>6</sup>, sendo três delas com sede no Estado do Paraná.

Na próxima sessão do Capítulo, apresentamos uma análise qualitativa dos cursos de especialização, realizada com base em uma amostragem de 34 planos pedagógicos e estruturas curriculares identificadas. Essa amostra qualitativa foi composta por 18 cursos de especialização ofertados em Instituições de Ensino Superior públicas, sendo 11 federais (UFRGS, FURG, UFSM, UFBA, UFF, UFPI, UFRN, UFS, UFVJM, IFSC e IFNMG) e sete estaduais (UEG, UEPG, UESB, UESPI, UNICENTRO, UEL e UEA); e 16 cursos em Instituições de Ensino Superior privadas (Fetremis, Uniara, Prominas, FCE, FSB, IST, Facel, Fabra, Etec, Uniasselvi, UnC, São Luís, Dom Bosco, Braz Cubas e Faveni), sendo apenas um curso em Universidade (UCAM).

### *O que propõem, a quem são direcionados e como formam os cursos de Pós-graduação Lato sensu no país*

Nesta sessão foi analisado um conjunto de aspectos qualitativos dos cursos de especialização em ensino de Sociologia, destacando-se três dimensões de análise: (1) perfil dos cursos, (2) matriz curricular e (3) orientação formativa. Na dimensão perfil dos cursos, foram adotados os seguintes indicadores: tipo de instituição ofertante, cronologia, modalidade, natureza, público alvo e financiamento. Na dimensão matriz curricular, os indicadores foram: escopo programático e formativo dos cursos, foco das disciplinas temáticas e teóricas, princípio das OCNEM-Sociologia, interdisciplinaridade e gestão escolar. Na dimensão orientação formativa, os indicadores foram: padrão da estrutura disciplinar e conteúdos. Essa metodologia de análise permitiu observar diferenças marcantes entre instituições públicas e privadas, no que se refere às dimensões mencionadas.

Em termos das instituições que ofertam os cursos de especialização, foi observado que entre as públicas predominam universidades federais de grande porte e universidade estaduais de médio porte, sendo dois cursos ofertados por Institutos Federais. No caso das instituições privadas apresenta-se uma situação distinta, pois predominam como ofertantes Faculdades, Centros Universitários e Institutos Superiores, sendo apenas um curso em Universidade privada. Tanto no que se refere às instituições públicas quanto às privadas, os cursos foram criados após 2008, quando a disciplina de Sociologia se tornou obrigatória,

---

<sup>6</sup> Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

sendo que quase na totalidade iniciaram entre 2011 e 2014, momento em que fica evidente a necessidade de formação específica dos professores que ministram a disciplina, que, como foi observado anteriormente, na sua maioria não tem formação inicial na área. Foi identificado um único caso de curso criado em meados dos anos 1990, em uma Universidade pública estadual.

Cabe mencionar que a criação desses cursos de especialização segue tendências diferentes quando se considera a dependência administrativa. Parece evidente que as instituições públicas acompanharam as diretrizes do PNE no que se refere à necessidade de formação continuada dos professores da educação básica, direcionando seu foco para o pleno desenvolvimento profissional dos professores nas suas áreas específicas de atuação. De modo diferente, parece que as instituições privadas concebem a demanda por qualificação em diferentes áreas como um segmento potencial de mercado educacional, tendo em vista as limitações que apresentam as instituições públicas em atender a demanda de formação. Esse aspecto fica mais evidente quando se consideram outras características dos cursos de especialização em ensino de Sociologia, que serão logo analisadas.

No que se refere à modalidade dos cursos analisados nesta parte qualitativa, destacaram-se os de educação à distância, especialmente nas instituições públicas. As instituições públicas federais da amostra oferecem em geral Cursos EaD, com mais de 100 vagas distribuídas em polos locais e regionais, chegando a 300 vagas. Apenas um curso na UFF é presencial, com menor número de vagas (40). Essa tendência também se observa nas instituições públicas estaduais, sendo que entre essas foram identificados dois cursos presenciais. Nas instituições privadas a nossa amostra também foi marcada pelo predomínio de cursos EaD, mas ficou em destaque a oferta de cursos bem maiores que os das instituições públicas, com mais de 500 vagas, sendo que um dos cursos indicou atuação com 200 polos.

Um aspecto interessante de ser observado quando se compara a oferta das instituições públicas e privadas diz respeito à natureza dos cursos criados. Nas instituições públicas predominam cursos disciplinares, com ênfase em ensino de Sociologia ou de Ciências Sociais. Observaram-se duas exceções, em casos bem distintos. O Instituto Federal de Santa Catarina criou, em 2015, um curso de especialização interdisciplinar, de caráter modernizante e associado à possível Reforma do Ensino Médio, que integra em sua matriz curricular os conhecimentos de Sociologia, Filosofia, História e Geografia, com ênfase em Ciências Humanas. O outro caso foi a oferta de um curso bidisciplinar presencial, de Ensino de História e Ciências Sociais, oferecido pela Universidade Federal Fluminense, que

parece ter sido criado considerando o fato da disciplina de Sociologia no ensino médio ser ministrada predominantemente por professores com formação inicial em História.

**Quadro 1.** Perfil qualitativo dos cursos de Pós-graduação *Latu Sensu* (Especialização) com ênfase em ensino de sociologia na educação básica, segundo a dependência administrativa das instituições ofertantes.

Perfil qualitativo dos cursos de especialização	Dependência Administrativa		
	Públicas		Privadas
Indicadores	Federais	Estaduais	
<b>Tipo de instituição ofertante</b>	Universidades de grande porte, Institutos Federais.	Universidades de médio porte.	Faculdades, Centros Universitários e Institutos Superiores.
<b>Cronologia</b>	Criados na sua maioria entre 2011 e 2014.	Criados na sua maioria entre 2011 e 2014. Um curso criado em 1994.	Criados na sua maioria com início entre 2012 e 2014.
<b>Modalidade e Vagas</b>	Predomina EaD, em cursos com mais de 100 vagas distribuídas em polos regionais.	Predomina EaD, em cursos com mais de 100 vagas distribuídas em polos regionais. Dois cursos presenciais.	Predomina EaD, em cursos com mais de 500 vagas. Um curso com 200 polos. Um curso presencial.
<b>Natureza</b>	Predominam cursos DISCIPLINARES em ensino da Sociologia. Um curso INTERDISCIPLINAR em Ciências Humanas.	Predominam cursos DISCIPLINARES, com ênfase em ensino da Sociologia.	Predominam cursos BIDISCIPLINARES, em ensino da Sociologia e da Filosofia. Três cursos DISCIPLINARES em Ensino de Sociologia.
<b>Concepção e público alvo</b>	Formação continuada de professores da rede pública de ensino que ministram sociologia.	Formação continuada de professores da rede pública de ensino que ministram sociologia.	Qualificação de professores das redes pública e privada, abertos ao público em geral.
<b>Financiamento</b>	Predominam cursos do Programa UAB. Um curso SEB-FNDE. Todos gratuitos, ofertados em edição única.	Predominam cursos do Programa UAB. Todos gratuitos, ofertados em edição única.	Capital das instituições e mensalidades dos alunos. Cursos com entrada contínua, permanente reoferta.

Fonte: Elaboração dos autores com base em pesquisa empírica.

No caso das instituições privadas, os cursos de especialização apresentam natureza distinta em relação às públicas, predominando cursos de natureza bidisciplinar, com ênfase em ensino de Sociologia e de Filosofia, e o caso de um curso que combina Sociologia e Artes. Foram identificados apenas três cursos de natureza disciplinar entre as instituições privadas, um na única Universidade ofertante e outros dois na Fetremis e na Uniara. A opção pela oferta de cursos bidisciplinares entre as instituições privadas é um dado curioso, e parece indicar uma tentativa de associar as duas áreas que se tornaram obrigatórias em 2008, buscando atrair os licenciados em ambas às áreas, estimulando inclusive que ministrem ambas as disciplinas na escola. Por outro lado, poderia se pensar na estratégia dessas instituições em ampliar o público alvo do curso e por consequência o seu alcance de mercado.

No que se refere à concepção dos cursos e o público alvo, foi observado que nas instituições públicas os cursos se direcionam efetivamente à formação continuada de



professores das redes públicas de ensino que ministram Sociologia, com alguma abertura restrita por demanda social. Diferentemente, nas instituições privadas os cursos tendem mais a promover uma qualificação básica em ensino de Sociologia e de Filosofia para professores, sem restrição por sua origem ser a rede pública ou a privada, sendo que em geral são cursos também abertos a todo o público de graduados interessados, sejam ou não professores.

Sobre o financiamento dos cursos de especialização, observa-se que nas instituições privadas os recursos provêm do seu capital, mantendo os cursos por meio de mensalidades pagas pelos alunos, com valor médio mensal observado de R\$250. Destaca-se que nas instituições privadas os cursos analisados têm entrada de alunos em fluxo quase contínuo, com permanente reoferta. Entre as instituições públicas, predomina a oferta de cursos gratuitos, voltados quase que exclusivamente para professores das redes públicas de ensino, ofertados geralmente em edição única, sem reedições. Os cursos das instituições públicas, tanto federais (FURG, UFSM, UFBA, UFF, UFPI, UFRN, UFS, UFVJM, IFSC e IFNMG) quanto estaduais (UEG, UEPG, UESB, UESPI e UNICENTRO), são em sua maior parte financiados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao MEC. O curso de especialização da UFRGS foi o único entre as instituições públicas financiado pela Secretaria de Educação Básica do MEC. Entre as instituições públicas estaduais foram identificados dois cursos presenciais financiados com recursos próprios da instituição.

O estudo também revelou que os cursos vinculados ao Programa UAB constituem modelo programático comum de especializações<sup>7</sup> que foi compartilhada por 13 instituições públicas federais e estaduais (FURG, UFSM, UFBA, UFF, UFPI, UFRN, UFS, UFVJM, UEG, UEPG, UESB, UESPI e UNICENTRO), que seguem um padrão unificado de matriz curricular, inclusive adotando material didático comum, contratado pela Capes. Em depoimentos coletados, foi relatado que esse projeto estava ligado ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e incluía a criação de cursos em todas as áreas curriculares. Na Sociologia, o projeto se desenvolveu a partir de 2008, e teria encontrado adesão de cerca de 40 instituições, mas efetivamente ocorreu em número menor, ao que consta devido a restrições orçamentárias aplicadas pelo governo federal a partir de 2010. Deve-se destacar, entretanto, que os cursos desse Padrão UAB não atuam em uma

---

<sup>7</sup> Durante a pesquisa foi observado na base do SISUAB referência a 24 cursos com esta mesma matriz curricular, distribuídos entre quinze universidades públicas federais e nove universidades públicas estaduais. No entanto, durante a pesquisa foi identificado que parte destes cursos, mesmo alguns que constam com status de ativo neste sistema da Capes, não foram executados nem tiveram continuidade, por razões desconhecidas.

rede nacional unificada, são cursos que funcionam de forma independente, mas que aplicam uma estrutura disciplinar pré-definida.

**Quadro 2.** Matriz curricular dos cursos de Pós-graduação *Latu Sensu* (Especialização) com ênfase em ensino de sociologia na educação básica, segundo a dependência administrativa das instituições ofertantes.

Matriz Curricular dos cursos de especialização	Dependência Administrativa		
	Públicas		Privadas
Indicadores	Federais	Estaduais	
<b>Escopo programático</b>	Predomina o padrão curricular UAB-Capes. Cinco matrizes curriculares distintas.	Predomina o padrão curricular UAB-Capes. Três matrizes curriculares distintas, sendo uma a mesma das federais.	Quatro faculdades oferecem curso de mesma matriz curricular. Doze matrizes curriculares distintas.
<b>Escopo formativo</b>	Teoria e prática claramente definidas, com foco em metodologia específica da área.	Teoria e prática claramente definidas, com foco em metodologia específica da área.	Foco teórico em Sociologia e Filosofia. Prática restrita à metodologia de ensino geral.
<b>Disciplinas temáticas</b>	Tópicos de sociologia, antropologia e ciência política. Diversidade temática.	Tópicos de sociologia, antropologia e ciência política. Diversidade temática.	Tópicos de sociologia e de filosofia geral, clássica e contemporânea. Restrição temática.
<b>Disciplinas teóricas</b>	Foco em teoria e metodologia de ensino na área das Ciências Sociais.	Foco em teoria e metodologia de ensino na área das Ciências Sociais.	Sobrecarga de teoria pedagógica geral. (Mini-Licenciaturas?)
<b>Estranhamento e desnaturalização</b>	Princípio epistemológico parece plenamente atendido.	Princípio epistemológico parece plenamente atendido.	Não fica evidente. Exceto UCAM. Referência direta às OCNEM na Uniara.
<b>Teorias, conceitos e temas</b>	Princípio metodológico está evidente, com incentivo a articulações entre a realidade concreta e a formulação abstrata.	Princípio metodológico está evidente, com incentivo a articulações entre a realidade concreta e a formulação abstrata.	Não fica evidente, sobrecarga de teorias clássica e contemporânea. Referência direta às OCNEM apenas no caso da Uniara.
<b>Pesquisa na escola</b>	Princípio transversal em geral não está concebido. Conteúdo de disciplina específica na UFRGS.	Princípio transversal em geral não está concebido.	Não há menções específicas. Exceto UCAM. Referência direta às OCNEM na Uniara.
<b>Inter-disciplinaridade</b>	Em geral não está concebido.	Em geral não está concebido.	Implícito na concepção dos cursos bidisciplinares, mas sem menção a outras áreas.
<b>Gestão escolar</b>	Enfatizam a troca de experiências de ensino entre os cursistas, trabalhando com noções de memória e de prática docente.	Enfatizam a troca de experiências de ensino entre os cursistas, trabalhando com noções de memória e de prática docente.	Cursos com disciplinas de organização escolar, Ética profissional docente, Ambiente escolar (Mini-Licenciaturas?).

Fonte: Elaboração dos autores com base em pesquisa empírica.

Nesta sessão qualitativa, foram analisados também diversos aspectos da matriz curricular dos cursos de especialização ofertados. No que se refere ao escopo programático, as instituições públicas federais e estaduais se destacaram pela aplicação do modelo UAB/Capes. Entre as federais, os Institutos Federais propõem cursos com matriz independente, mas também financiados pela UAB. Apenas a UFRGS ofertou um curso com matriz curricular independente, com concepção elaborada pela própria equipe, e não ligado ao Programa da Capes. Esse curso ocorreu no âmbito do Centro de Formação Continuada de Professores (FORPROF) desta Universidade, por sua vez ligado a outro programa

federal, a Rede Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Renafor) da SEB/MEC, com apoio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Entre as estaduais, foram observados dois cursos de matriz independente, um com proposta mais tradicional e ênfase em “Sociologia da educação”, e outro em Metodologia de Ensino de Sociologia. Destaca-se, então, que, entre os 18 cursos de instituições públicas analisados, foram identificadas apenas sete matrizes curriculares distintas.

Por sua vez, nas instituições privadas, o escopo programático é bem diferenciado entre as instituições, sendo que foi constatado que das 16 matrizes observadas, quatro faculdades oferecem curso de mesma matriz curricular (UnC, São Luís, Dom Bosco, Braz Cubas). Além dessas, a Fetremis também informa em sua documentação que compartilha matriz com instituições parceiras. Destaca-se, então, que, entre os 17 cursos de instituições privadas analisados, foram identificadas 12 matrizes curriculares distintas. Percebe-se, portanto, que entre as privadas tende a existir maior variedade de matrizes curriculares, em função da maior profusão de cursos, mas também seguem a tendência de compartilhar seu escopo programático interinstitucionalmente. Nas públicas parece evidente uma prática de adesão a programas públicos de formação, enquanto nas privadas a prática condiz mais com a formação de parcerias institucionais para ampliar a oferta dos cursos.

Quando se considera o escopo formativo, os Cursos de especialização das instituições públicas em geral, independente da matriz que seguem, destacam-se por trabalhar amplamente a metodologia de ensino específica da área, combinada com a experiência prática que provém da trajetória do professor-cursista. No caso da matriz do curso da UFRGS, ainda há referência à articulação de redes profissionais entre os cursistas. Diferentemente, nas instituições privadas observou-se que o foco é muito mais abstrato, baseado em perspectivas teóricas e conceituais da Sociologia e da Filosofia, o que reflete o fato de serem predominantemente cursos bidisciplinares, como destacado anteriormente; a prática acaba bastante restrita à metodologia de ensino geral, e não à metodologia de ensino específica na área.

Esses aspectos se refletem diretamente quando são observadas, nas matrizes curriculares das especializações, as disciplinas temáticas e as disciplinas teóricas propostas na grade dos cursos. No que se refere às disciplinas temáticas, nas instituições públicas em geral, ficam claramente delimitados tópicos de sociologia, de antropologia e de ciência política, além de ampla diversidade de temáticas e atualidades próprias das Ciências Sociais; enquanto que nas instituições privadas, ficam em destaque tópicos de Sociologia e de Filosofia geral, clássica e contemporânea, inclusive com destaque para escolas de pensamento social e filosófico, e, portanto, com acentuada restrição temática. As únicas

exceções são a UCAM e a Uniara, com mais disciplinas temáticas e atualidades em sua matriz curricular.

No que se refere às disciplinas teóricas da grade dos cursos, o foco é em metodologia de ensino específica da área de Ciências Sociais, nas instituições públicas em geral; enquanto que nas instituições privadas constata-se uma sobrecarga de teoria pedagógica geral. Ou seja, nas privadas parece que as matrizes curriculares são elaboradas como se fossem mini-Licenciaturas, resgatando de certa forma a tradicional concepção de Licenciaturas curtas, posto que os cursos em geral apresentam um núcleo comum de formação básica docente, indicando disciplinas como Organização escolar, Ética profissional docente, Legislação educacional, provavelmente compartilhadas com cursos de outras áreas. Mais uma vez, os cursos da UCAM e da Uniara são exceção também nesse aspecto, considerando-se que são de natureza disciplinar, específicos de Ensino de Sociologia.

Estas ponderações se reforçam quando se tomam os princípios das OCNEM-Sociologia por referência interpretativa das matrizes curriculares analisadas. Os cursos de natureza disciplinar, em geral mais oferecidos por instituições públicas, parecem mais propensos a desenvolver as práticas didáticas específicas da sociologia escolar. Diferentemente, os cursos de natureza bidisciplinar, em geral mais oferecidos por instituições privadas, tendem a ser deficitários em atender os princípios epistemológicos e metodológicos e o transversal. Por outro lado, a prática da interdisciplinaridade parece mais evidente entre as especializações oferecidas em instituições privadas, tendo em vista o foco dos Cursos em Sociologia e Filosofia, embora articulações com os demais componentes da grande área das humanidades tenham sido observadas apenas no caso do curso do IFSC, uma instituição pública federal. O curso da UFRGS é outra exceção entre as instituições públicas, já que tem uma disciplina específica com foco interdisciplinar.

Os aspectos observados, tanto no que se refere ao perfil (Quadro 1) quanto no que se refere às matrizes curriculares (Quadro 2) dos Cursos de especialização analisados, permitem algumas ponderações sobre as tendências de orientação formativa entre as instituições públicas e privadas. Salve uma ou outra exceção, a nossa amostra qualitativa permite concluir que nas instituições públicas predomina uma orientação formativa temática-conceitual, ou seja, a formação continuada proposta enfatiza como prática professoral uma maior aproximação entre os temas das Ciências Sociais e a realidade do aluno. Esses cursos são compostos por módulos temáticos de caráter mais concreto, proporcionando ao professor-cursista maior imersão em temas atuais e formulações conceituais das três áreas das Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

**Quadro 3.** Orientação formativa dos cursos de Pós-graduação Lato Senso (Especialização) com ênfase em ensino de sociologia na educação básica, segundo a dependência administrativa das instituições ofertantes.

Orientação formativa dos cursos de especialização	Dependência Administrativa		
	Públicas		Privadas
Indicadores	Federais	Estaduais	
<b>Padrão da Estrutura Disciplinar</b>	Predomina orientação TEMÁTICA-CONCEITUAL, com maior aproximação da realidade do aluno. Cursos com módulos de caráter mais CONCRETO, apresentando ampla variedade de temáticas atuais e conceitos das CIÊNCIAS SOCIAIS.		Predomina orientação TEÓRICA- CONCEITUAL, com maior aproximação do conhecimento erudito. Cursos com disciplinas de caráter ABSTRATO, apresentando teorias e conceitos gerais de SOCIOLOGIA e de FILOSOFIA.
<b>Conteúdos formativos</b>	Pensamento Crítico, Cultura, Identidade, Estratificação, Mudança e Transformação Social, Mobilidade Social, História da Sociologia, Participação Política, Cidadania, Direitos Humanos, Trabalho, Emprego, Profissões, Ciência, Sujeito e Atores Sociais, Diversidade, Organização Social, Movimentos Sociais, Desigualdade, Pobreza, Sociedade e Comunidade, Relações Étnico-raciais, Gênero, Inclusão, Sexualidade, Meio-ambiente, Teoria Social Clássica, Teoria Social Contemporânea, Estado, Democracia, Ideologia, Poder, Partidos, Instituições Sociais, Desenvolvimento, Tecnologia.		História da Sociologia, Teoria Social Clássica, Teoria Social Contemporânea, Filosofia das Ciências Sociais, Ética, Família, Valores Morais, Cidadania, Religião, Estratificação, Sociologia Brasileira, Positivismo, Fato social, Ética protestante e Capitalismo, Teoria crítica, Escola de Frankfurt, Indústria Cultural, Existencialismo, Estética, Cultura, Trabalho, Política, Poder, Filosofia do Direito, Tópicos do ENEM.

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em pesquisa empírica.

Nas instituições privadas, por sua vez, predomina uma orientação formativa mais teórica-conceitual, quando a formação continuada proposta enfatiza maior aproximação dos cursistas ao conhecimento erudito das áreas de Sociologia e de Filosofia. Essas especializações oferecem disciplinas de caráter mais abstrato, beirando uma iniciação ou qualificação mais escolástica na área, destacando-se conteúdos como Teoria Social Clássica, Teoria Social Contemporânea, História da Sociologia, Sociologia Brasileira, Filosofia do Direito, Filosofia das Ciências Sociais. Entre as privadas, chama a atenção o caso de uma única instituição que destacou um elemento mais instrumental, apresentando uma disciplina específica para trabalhar com tópicos da Sociologia no ENEM.

Enquanto merece destaque a qualidade da composição das matrizes curriculares nos cursos de especialização ofertados pelas instituições públicas, sobretudo na forma com que parecem promover sólida formação em metodologia de ensino de Sociologia na escola, também merece destaque a eficiência e a independência com as instituições privadas criam cursos e expandem vagas, promovendo o acesso à formação continuada pós-graduada aos professores da educação básica.

*Considerações finais*

O presente estudo buscou realizar um breve diagnóstico da oferta de formação continuada para professores de Sociologia no nível da Pós-Graduação *Lato sensu* no país. Para tanto, considerou-se o cenário atual da formação e do perfil do professor, assim como as metas previstas no PNE. Como observado, ainda existe uma grande inadequação entre a formação inicial e a docência da Sociologia no ensino médio. Essa realidade deve-se ao déficit de formados na área e ao desenho administrativo atual das redes de ensino médio, com grande percentual de professores lecionando disciplinas diferentes da sua formação.

A oferta de especializações na área de ensino da Sociologia é significativa no país, considerando-se tanto o número de vagas, bem como a distribuição geográfica e o número e a diversidade das Instituições públicas e privadas envolvidas. No entanto, se desconhece o alcance das formações, pois há pouca informação disponível sobre o número de concluintes e a continuidade e qualidade do trabalho dos mesmos, considerando-se que a disciplina de Sociologia nem sempre continua ao encargo do professor que se tornou especialista.

Embora o número de cursos criados e de vagas ofertadas nas instituições privadas seja bastante superior ao público, sobretudo com a atuação de Faculdades e Centros Universitários, cabe destacar que a oferta dos cursos de especialização ocorre em instituições públicas estaduais e federais consolidadas e de renome no país. As instituições públicas tendem a ofertar cursos em EaD, seguindo as políticas educacionais de formação, mas são dependentes de programas de fomento lançados por órgãos da administração pública, enquanto as privadas buscam atender demandas por profissionais da educação sem muita restrição operacional, tendo mais eficiência na expansão de vagas.

De toda forma, a análise qualitativa das matrizes curriculares permite concluir que as especializações de natureza disciplinar ofertadas em geral por instituições públicas se caracterizam mais prontamente como cursos de aprofundamento didático-metodológico específico na área, enquanto que as especializações de natureza bidisciplinar ofertadas por instituições privadas se aproximam mais da estrutura de cursos de Licenciatura curta, com foco na iniciação de áreas correlatas, no caso, Sociologia e Filosofia.

Os rumos que a Sociologia escolar vislumbra transcendem o âmbito da obrigatoriedade ameaçada. O caminho que está posto ainda é incerto e repleto de desafios, entre os quais, um dos mais decisivos remete às bases formativas que sustentam os agentes da educação básica que vivem profissionalmente a realidade do ensino da Sociologia, bem como a forma como eles entendem a relevância e a finalidade do conhecimento sociológico na escola. É questionável, pelo o que se observou, se as especializações podem superar o déficit de profissionalização na área com a qualidade desejada e proporcionar uma formação efetiva da prática didática em Ciências Sociais. Isso

porque a efetiva expansão da formação continuada na área ocorre predominantemente pela oferta de cursos que ainda são pouco afeitos ao desenvolvimento de metodologias de ensino específicas.

### *Referências Bibliográficas*

BRASIL Parecer 38/2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2006a.

BRASIL. Lei Nº 11.684, de 2 de Junho de 2008- Brasília: Diário Oficial da União, de 03 de junho de 2008, Seção 1, p. 1 edição 104.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2006b.

BRASIL. Parecer CEB 15/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, 1998.

CNE. RESOLUÇÃO MEC No 2, DE 1o DE JULHO, 2015.

FORPROF/UFRGS. Plataforma Cultiva Educa. <http://cultiveduca.ufrgs.br>

INEP. NOTA TÉCNICA Nº 020/2014, Indicador de adequação da formação do docente da educação básica INEP/MEC. Brasília, 21 de novembro de 2014.

INEP/DEED. Censo escolar 2013: perfil da docência no ensino médio regular – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015, 110 p.

LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia? In: D. N. GONÇALVES (Org.). Sociologia e juventude no ensino médio. Campinas: Pontes, 2013.

MEC. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/03/governo-federal-vai-estimular-formacao-complementar-de-professores-da-rede-publica>. Acesso em 25/07/2016.

MILLS, C.W. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 246 p.

MOCELIN, D. G.; RAIZER, L. Ensino da Sociologia no Rio Grande do Sul: Histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. Revista Brasileira de Sociologia, v. 2, p. 101-127, 2014.

MORAES, A.C.; GUIMARÃES, E.F. Metodologia de ensino de Ciências Sociais. In: A.C. MORAES (Coord.), Sociologia: ensino médio. Brasília, MEC/SEB, 2010. (p. 45-62).

Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados/indicadores>. Acesso em 20/07/2016.

RAIZER, L.; MOCELIN, D. G. Concepções político-ideológicas e didático-pedagógicas dos participantes do IV ENESEB. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 51, p. 316-329, 2015.